Portaria n.º 89/74
de 7 de Fevereiro

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Defesa Nacional, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 448/72, de 13 de Novembro, aprovar e pôr em vigor para o ano de 1974, com os valores seguidamente indicados, o orçamento das forças terrestres ultramarinas da província da Guiné:

Receita ordinária

Transferências — Exterior — Contribuição da metrópole — Do Orçamento Geral do Estado — Forças militares extraordinárias no ultramar	847 800 000\$00	
De crédito especial a abrir no decurso do ano	847 800 000\$00	1 695 600 000\$00
Receitas consignadas ao Fundo de Defesa Militar do Ultramar — Contribuição da província	2 200 000\$00	
		1 697 800 000\$00

Despesa ordinária

Total da despesa (a)	1 697 800 000\$00
----------------------------	-------------------

(a) Inclui 2 200 000\$ de despesa consignada ao Fundo de Defesa Militar do Ultramar.

Presidência do Conselho, 26 de Janeiro de 1974. — O Ministro da Defesa Nacional, *Joaquim Moreira da Silva Cunha*.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* da Guiné. — *B. Rebelo de Sousa*.

SECRETARIA DE ESTADO DA AERONÁUTICA

Portaria n.º 90/74
de 7 de Fevereiro

Tornando-se necessário dar execução no corrente ano económico ao estabelecido no § 4.º do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 40 949, de 28 de Dezembro de 1956, alterado para § 5.º pelo Decreto-Lei n.º 41 758, de 25 de Julho de 1958:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado da Aeronáutica, aprovar e pôr em execução o seguinte:

1.º O conselho administrativo da Direcção do Serviço de Material exerce a sua acção no que respeita às verbas gerais da Força Aérea constantes do orçamento ordinário de Encargos Gerais da Nação para 1974 e inscritas:

- No artigo 323.º, com excepção do n.º 1;
- No artigo 324.º, n.º 3;
- No artigo 325.º, até ao montante de 103 745 000\$;
- No artigo 328.º

2.º O conselho administrativo da Direcção do Serviço de Infra-Estruturas exerce a sua acção no que respeita às verbas gerais da Força Aérea constantes do orçamento ordinário de Encargos Gerais da Nação para 1974 e inscritas:

- No artigo 323.º, n.º 1;
- No artigo 325.º, até ao montante de 8 900 000\$;

- No artigo 326.º, n.º 3, até ao montante de 5 000 000\$;
- No artigo 329.º

3.º O conselho administrativo da Direcção do Serviço de Intendência e Contabilidade exerce a sua acção no que respeita às verbas gerais da Força Aérea constantes do orçamento ordinário de Encargos Gerais da Nação para 1974 e inscritas:

- No artigo 315.º;
- No artigo 316.º;
- No artigo 317.º;
- No artigo 318.º;
- No artigo 320.º;
- No artigo 324.º, com excepção do n.º 3;
- No artigo 326.º, sendo o n.º 3 até ao montante de 4 500 000\$;
- No artigo 327.º

4.º Os conselhos administrativos da Direcção do Serviço de Intendência e Contabilidade da Força Aérea, do Estado-Maior da Força Aérea, do Comando da 1.ª Região Aérea, da Zona Aérea dos Açores e das restantes unidades exercem a sua acção no que respeita às verbas gerais da Força Aérea constantes do orçamento ordinário de Encargos Gerais da Nação para 1974 e inscritas:

- Nos artigos 300.º, 301.º, 302.º, 303.º, 304.º, 305.º, 306.º, 307.º, 308.º, 309.º, 310.º, 311.º, 312.º, 313.º, 314.º, 319.º, 321.º e 322.º

5.º Quanto às verbas mencionadas no n.º 4, não podem os referidos conselhos administrativos requisitar nem utilizar mensalmente quantias superiores às estritamente correspondentes ao pessoal que, estando em serviço no Estado-Maior, direcções de serviços, comandos e unidades, possa legalmente ser por tais verbas abonado de vencimentos, salários, gratificações, remunerações por horas extraordinárias, ajudas de custo, alimentação e auxílio para fardamento.

Secretaria de Estado da Aeronáutica, 29 de Janeiro de 1974. — O Secretário de Estado da Aeronáutica, *Mário Tello Polleri*.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção-Geral de Administração Local

Decreto n.º 36/74
de 7 de Fevereiro

Tendo em vista o disposto no artigo 4.º do Decreto n.º 38 596, de 4 de Janeiro de 1952;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º São autorizadas as câmaras municipais dos concelhos abaixo indicados a considerar feriados municipais os seguintes dias:

- Beja — quinta-feira de Ascensão;
- Condeixa-a-Nova — 24 de Julho (festas de Santa Cristina);
- Póvoa de Varzim — 29 de Junho (festas de S. Pedro).